

OS DESAFIOS E CONQUISTAS DA ASSOCIAÇÃO DE GUERREIRAS INDÍGENAS DE RONDÔNIA – AGIR

Hellen Virginia da Silva Alves ¹

Maria Liziane Souza Silva ²

Maria Leonice Tupari ³

Resumo

Nos estudos de Geografia e Gênero relacionados a desigualdade social entre mulheres e homens, a ascensão feminina é limitada através das diversas ordens de barreiras e, fenômeno mais acentuado é o caso das mulheres indígenas. Este trabalho tem como objetivo retratar as lutas e desafios enfrentados pela Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia – AGIR, que tem como líder Maria Leonice Tupari, da Terra Indígena Rio Branco, Município de Cerejeiras, sul do Estado de Rondônia. Um dos objetivos da Associação é capacitar e empoderá-las de conhecimento dos seus lugares, da gestão do seu território, de educação e de saúde. Para tais objetivos adotamos o método fenomenológico e como instrumento de pesquisa a entrevista participante realizada com a presidenta da AGIR. Constatou-se que a organização das mulheres indígenas e a participação em movimentos sociais, apesar de ser um fenômeno relativamente recente, já representa grande conquista uma vez que torna possível o empoderamento através do desenvolvimento contínuo de lideranças, da representação e da busca aos anseios femininos.

Palavras-chave: Mulheres Indígenas, Liderança, Empoderamento.

Introdução:

A participação das mulheres indígenas em movimentos sociais é um fenômeno relativamente recente, pois originalmente as mulheres não tinham espaço para apresentar suas demandas e reivindicar seus interesses publicamente. As decisões, incluindo as decisões do núcleo familiar e decisões coletivas, eram tomadas exclusivamente pelos homens sob a forte liderança do cacique.

Atualmente em Rondônia, algumas mulheres da Terra Indígena Rio Branco, Município de Cerejeiras-RO, habitada por povos Aikanã; Arikapú; Aruá; Djeoromitxí; Kanoê

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia. Pesquisadora bolsista CAPES do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero. Email: hellenalves_pvh@hotmail.com.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia. Pesquisadora bolsista CAPES do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero. Email: liziane.souza.silva@hotmail.com

³ Líder da Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia – AGIR, do Estado de Rondônia; Representante da ONU Mulher Indígena. Email: leonice.tupari@hotmail.com

e Tuparí, e conta com uma população com cerca de 629 pessoas, as mulheres estão sempre acompanhando os homens na maioria das atividades relacionadas ao coletivo, inclusive nas deliberações sobre decisões tomadas pela comunidade, porém o valor e representatividade que o coletivo atribui à fala feminina nem sempre possui o mesmo peso atribuído à fala masculina. Contudo, aos poucos estas ocupam o lugar no processo de tomada de decisões, participam das votações em assembleias, debatem, apresentam demandas e contribuem com sugestões. Conforme pudemos verificar nas rodas de conversas realizadas em pesquisas de campo em terras indígenas, essa participação ainda se faz de forma tímida para a maioria das mulheres e, nem sempre ocorre de forma harmoniosa, apesar deste processo representar uma conquista em relação ao surgimento de lideranças indígenas femininas.

Hoje estes povos nativos além de sofrerem com invasões de suas terras, com desmatamentos para a exploração de seus recursos naturais e, diga-se de passagem, sem maiores preocupações do Estado, também carecem pela falta do acesso à educação e saúde básica nas aldeias deste estado (EZEQUIEL, 2017).

Nessa perspectiva, algumas mulheres deste povo costumam conversar sobre suas demandas e as demandas de suas famílias durante as reuniões, que em algumas terras indígenas ocorre enquanto a chicha é servida. As reuniões de mulheres são momentos em que as mulheres sentem-se à vontade para conversar sobre diversas questões do seu cotidiano, onde apresentam sugestões para resolução de situações que são consideradas problemáticas por elas e onde elas trocam sugestões para a resolução de diferentes questões, pois nas comunidades indígenas nem sempre há um espaço ou momento reservado para a discussão da pauta de demandas femininas.

Logo, a existência de organizações que possam oferecer espaços de discussões e dar visibilidade às lideranças femininas é fundamental para o atendimento das demandas das mulheres indígenas.

O Caráter Recente das Organizações das Mulheres Indígenas

Os registros das primeiras organizações de Mulheres Indígenas, aconteceu na região amazônica em especial no Estado do Amazonas e apenas duas surgiram na década de 1980; a

Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e a Associação das Mulheres Indígenas de Taracua, Rio Uaupés e Tiquié (AMITRUT), as demais organizações foram criadas na década de 1990.

Em 1989 foi criada a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB e em 2002 foi criado o Departamento de Mulheres Indígenas da COIAB, com representantes de 09 Estados da Amazônia brasileira, logo Rondônia esteve presente nesse processo de discussão e construção desse departamento. Segundo Sacchi, (2003):

O Departamento foi formalizado no I Encontro das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, evento ocorrido em Manaus, com participação de 70 lideranças (de 20 organizações e 30 povos indígenas). Seu objetivo geral é o de promover a participação das mulheres indígenas nas diversas instâncias assim como assegurar seus direitos, e também contribuir para o avanço do movimento indígena. (SACCHI, 2003: p.04)

A criação do Departamento de Mulheres Indígenas foi um marco para que elas pudessem apresentar suas demandas e ao mesmo tempo deu visibilidade aos movimentos de mulheres indígenas que surgiam entre vários povos da Amazônia. O Departamento de Mulheres Indígenas também contribuiu para viabilizar a participação das mulheres indígenas em espaços de decisões, como nos Conselhos, nas Associações, nas Coordenações, nas Diretorias e outros. Mesmo assim, foi necessário um esforço muito grande para que as Instituições como FUNAI, Ministérios, e até mesmo as ONGs, mudassem o seu foco para dialogar com essas mulheres, entender e atender as suas demandas. Nesse sentido foi incluindo um pouco das demandas das mulheres indígenas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM, com muitas dificuldades de entendimentos, porque são demandas específicas, que envolvem costumes, tradições, culturas e saberes tradicionais específicos de cada povo/etnia.

Discutir gênero entre povos indígenas: um grande desafio abraçado pelas mulheres

Em todo o mundo as mulheres indígenas apresentam diferentes situações sociais marcadas pelos seus usos e costumes e pela influência da sociedade externa, que muitas vezes entra em conflito com a cultura indígena (PINTO, 2010).

Apesar dos estudos de Geografia e Gênero relacionados ao patriarcado e à desigualdade social entre homens e mulheres em diferentes culturas, a atuação da mulher em espaços públicos como liderança de um povo ainda encontra barreiras de diversas ordens, Daune-Richard (2003) acrescenta que a ascensão feminina é limitada por um “telhado de vidro”. De acordo com esta ótica, as mulheres enfrentariam uma barreira invisível (e que muitas vezes não é admitida explicitamente) imposta pela sociedade patriarcal que limita a sua ascensão de diversas formas, incluindo a ascensão profissional e política.

Porém, o contexto social das mulheres indígenas difere do contexto da mulher ocidental, pois no caso das mulheres indígenas há uma opressão externa muito mais acentuada, uma vez que a indígena costuma ser vítima de diversas formas de discriminação; a primeira pelo fato de ser mulher, a segunda pelo fato de ser mulher indígena (por sua raça; etnia) e a terceira pelo fenômeno de feminização da pobreza, já que o contexto no qual as populações indígenas habitam é marcado por uma condição geral de pobreza e dificuldade de acesso, de forma qualitativa, à recursos básicos fundamentais como saúde, educação e saneamento básico. Esta condição pode ser compreendida como uma tripla interseccionalidade (NASCIMENTO SILVA; SILVA, 2014).

O contexto geral apresentado impulsionou algumas mulheres indígenas a se organizarem politicamente, a fim de garantir seu lugar nos espaços de discussões e tomadas de decisões. Porém este processo não é fácil, pois a mulher indígena frequentemente encontra barreiras dentro e fora das comunidades, o que faz das mulheres que abraçam o desafio da participação na vida política verdadeiras guerreiras que lutam cotidianamente para que as mulheres indígenas possam ter voz e para que suas demandas sejam conhecidas e atendidas.

De acordo com Sacchi (2003):

As propostas das mulheres evocam um desafio ao movimento indígena e aos organismos estatais e não governamentais devido às suas especificidades étnicas e de gênero, e são os compromissos e alianças entre indígenas e não indígenas que estabelecem um processo político complexo de autonomia das mulheres indígenas. (Sacchi, 2003: 101)

Em Rondônia, a situação das mulheres indígenas começa a mudar de cenário. É nas rodas de conversas que estas mulheres esboçam que querem ocupar os espaços com os homens, não somente fora das aldeias, mas também dentro delas, seja como professoras ou na área da saúde. Falam sobre ter os mesmos direitos do que os homens, querem ser reconhecidas e estão na luta pela terra, afirma a líder “das guerreiras indígenas de Rondonia”

Maria Leonice Tupari, casada com um indígena do povo Paiter Suruí. Segundo ela, as mulheres Suruí costumam ficar em casa e têm pouco contato com outras sociedades. São muito reservadas. Gostam de artesanato e cuidar das crianças. Elas plantam e fazem cerâmica. Contudo, as jovens estão vendo que precisam participar e se envolver mais com as questões políticas, principalmente diante dos problemas que enfrentam no Congresso Nacional quanto a violação dos seus direitos. (ONU MULHERES, 2015).

Por isso, o desafio das guerreiras indígenas em formar lideranças e estruturar-se em organizações que possam de fato representá-las nem sempre é apoiado integralmente pelo poder público, motivo pelo qual a capacidade de articulação com outros atores é fundamental para que o movimento de mulheres indígenas possa encontrar apoio em instancias internacionais, organizações do terceiro setor e da sociedade civil.

Conquistas e avanços da luta

O contato com as sociedades não indígenas causou modificações em alguns usos e costumes das sociedades indígenas e despertou a percepção da necessidade de organização política para reivindicações de direitos básicos que assegurassem a qualidade de vida nas comunidades, como o acesso à educação e saúde de qualidade. Enquanto o movimento indígena estruturava-se e ganhava forma, surgiu o entendimento entre as mulheres da existência de demandas exclusivamente femininas, como afirma Sacchi (2003):

Ao reforçarem a luta pelas necessidades de seus povos, portanto, percebem que “tem coisas específicas da mulher, a violência, o estupro, a bebida, o abandono, a separação de casais, que não é o movimento maior que vai discutir”. (Sacchi, 2003: 102)

Na sociedade não indígena, as mulheres nem sempre sentem-se à vontade para discutir necessidades do seu universo com lideranças masculinas, pois sabem que o patriarcado contribui para a opressão feminina e para que nem sempre haja a compreensão das suas demandas (SAFFIOTI, 2004). Fenômeno semelhante ocorre nas sociedades indígenas, pois a cultura influencia na compreensão do que seria de fato uma demanda feminina e da sua representatividade perante o coletivo, logo para que tais demandas pudessem ser atendidas era necessária a existência de lideranças femininas que pudessem identificar, em conjunto com as

demais mulheres do coletivo, as demandas de gênero e pensar alternativas para o enfrentamento de problemas que afligem especialmente a classe feminina.

Diante desta necessidade, a Fundação Nacional do Índio – (FUNAI), criou em 2010 a Coordenação de Gênero e de Assuntos Geracionais, onde segundo informações tiradas do site da instituição diz que:

As principais ações realizadas direta e indiretamente, em contextos de parcerias, pela FUNAI, buscam fortalecer o reconhecimento das formas próprias de organização indígena. Nessa perspectiva, a FUNAI tem atuado com as questões de gênero e assuntos geracionais principalmente a partir de suas práticas com as mulheres indígenas ao longo dos últimos anos, refletindo sobre a relação que se dá entre homens e mulheres indígenas e vice e versa, entre mulheres e mulheres e entre homens e homens e entre as diferentes gerações. A atuação da FUNAI foca na importância do respeito às formas de organização familiares diferenciadas, a valores reprodutivos, e opções à orientação sexual conforme a realidade de cada povo. (BRASIL, 2010)

Nesse sentido, a coordenação também tem como foco as questões voltadas para as ações de promoções, capacitações, orientações e prevenções, como por exemplo os itens relacionados abaixo, que também foram tirados do site da FUNAI:

- a) Atividades com mulheres indígenas para promoção de direitos sociais e de cidadania e para o fortalecimento de ações de etnodesenvolvimento;
- b) Oficinas preventivas com a juventude indígena sobre as situações de vulnerabilidade (álcool, drogas, violências, suicídios);
- c) Informações e formação sobre direitos e reflexão sobre assuntos de gênero e geração;
- d) Reuniões de fortalecimento das lideranças tradicionais. (BRASIL, 2010)

A experiência como pesquisadoras que atuam nas causas de gênero entre povos indígenas, sabemos que estas ações ainda não estão sendo desenvolvidas em todas as comunidades indígenas do Brasil, especialmente em Rondônia. Outros organismos internacionais com Embaixadas e a Organização das Nações Unidas – ONU, nesse caso específico a ONU-Mulheres, vêm apoiando iniciativas das mulheres indígenas não só do Brasil mas também na América Latina.

Um dos Projetos apoiado pela ONU – Mulher em parceria com a Embaixada da Noruega foi o da “Voz das Mulheres Indígenas” a ONU –Mulheres está comprometida em apoiar as mulheres indígenas para que sua presença em fóruns nacionais e internacionais seja efetiva e que reivindiquem melhorias substantivas nas suas vidas e nas suas comunidades. Segundo o relatório do projeto, no site ONU Mulheres, aponta que o principal objetivo de sua criação:

“Voz das Mulheres Indígenas” foi criado para elaborar uma agenda que defendesse as necessidades e interesses das mulheres indígenas levando em conta a diversidade entre as comunidades e também os seus interesses comuns. O projeto estabeleceu um grupo de referência com mulheres indígenas de distintos níveis de institucionalização e com poder deliberativo quanto às questões relativas ao “Voz das Mulheres Indígenas”. O coletivo se comprometeu a contemplar a diversidade de povos indígenas brasileiros por meio da promoção do diálogo intergeracional. (ONU MULHERES, 2016)

Rondônia foi representada no Projeto “Voz da Mulher Indígena”, pela indígena Maria Leonice Tupari, que é uma das multiplicadoras da ONU – Mulheres. Após um ano e meio de trabalho, as integrantes do projeto em tela, apresentaram o Relatório com demandas de 282 mulheres indígenas de 104 povos. As reivindicações que constam no Relatório foram apresentadas durante o XII Acampamento Terra Livres (ATL), organizado anualmente pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

O documento inclui diversas questões distribuídas pelos eixos: violação dos direitos das mulheres indígenas – incluindo, mas não se limitando, ao enfrentamento à violência contra a mulher; empoderamento político e participação política das mulheres indígenas; direito à saúde, educação e segurança; empoderamento econômico; direito à terra e processos de retomada com lideranças indígenas e conhecimentos tradicionais e diálogo intergeracional. (ONU MULHERES, 2016)

A partir dessas vivências em programas, projetos e em eventos as mulheres indígenas despertam para a importância dos seus papéis nesses espaços políticos. No caso da Indígena Maria Leonice Tupari, ser multiplicadora da ONU-Mulheres, ou seja multiplicar esses saberes adquiridos através das formações e capacitações, foi um fator de fundamental importância para alçar vãos maiores com o propósito de empoderar as mulheres indígenas de Rondônia.

A criação da Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia – AGIR

As mulheres indígenas do Estado de Rondônia, assim como as demais mulheres indígenas do mundo, enfrentam muitos desafios em relação ao gênero e dificuldade em ocupar espaços de representação política. Aos poucos, as mulheres deste povo vêm se inovando, no sentido de se empoderar nas tomadas de decisões e articulações políticas. Em setembro de 2015 foi criada a Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia – AGIR, o Encontro de Mulheres Indígenas aconteceu no Município de Cacoal, com as presenças de jovens, adultas e idosas.

A Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia – AGIR, surgiu a partir do momento em que as mulheres perceberam que, apesar de já existir certa articulação, o fraco movimento indígena não dava voz as mulheres, e isso mostrou a necessidade de uma melhor organização. Maria Leonice Tupari, mulher do povo Tupari, pertencente a Terra Indígena Rio Branco Município de Alta Floresta -RO é a presidente da Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia – AGIR.

Segundo Maria Leonice Tupari⁴:

Um dos objetivos da AGIR é capacitar e empoderar as mulheres indígenas de conhecimento e do espaço que as mulheres indígenas hoje tem que ocupar, de saber que é direito de todas, não só fora da comunidade, mas dentro da base; de inseri-las nas políticas públicas, dentro e fora da aldeia; da inserção nas questões da gestão do nosso território; na educação; na saúde da mulher; alimentação tradicional. Os artesanatos de cada povo queremos o fortalecimento também nesse sentido, uma vez que são as mulheres quem mais confeccionam, organizam e expõem suas produções artesanais como: colares; brincos; pulseiras; anéis; cestos de cipó; prendedor de cabelos; cocais, entre outros. (ENTREVISTA, DEZEMBRO DE 2016)

O ano de 2015 foi muito significativo para o progresso da organização política das mulheres indígenas. No momento atual a AGIR está realizando um levantamento, dos vários territórios indígenas rondonienses para registrar a realidade das mulheres, com previsão de conclusão para o ano de 2017.

O próximo passo da AGIR é atingir também mulheres de outros Estados, como Mato Grosso e Amazonas, atendendo à reivindicações destas outras mulheres de pedidos de apoio da AGIR. Também são realizados encontros de mulheres indígenas. Em cada encontro são realizados diálogos entre elas e são repassadas todas as informações necessárias ao fortalecimento da organização das lideranças. No encontro anual é feito um balanço geral dos trabalhos e são articuladas as demandas futuras. Esses encontros são realizados em Aldeias e Terras Indígenas diferentes para que mulheres de vários povos possam participar.

A luta da AGIR para enfrentar diversos desafios

A AGIR tem muitos desafios pela frente, um deles faz parte dos seus objetivos, que é de capacitar e empoderar estas mulheres indígenas do conhecimento e dos seus lugares, de

⁴ Entrevista concedida em dezembro de 2016.

saber que é direito de todas, não só fora da comunidade, mas dentro da base; de inseri-las nas políticas públicas, dentro e fora da aldeia; da inserção nas questões da gestão do seu território; na educação; na saúde da mulher, na alimentação tradicional e no artesanato.

Para atender os objetivos e levar todas as informações para as mulheres que estão nas aldeias a Presidente da AGIR, utiliza de ferramentas da internet como as redes sociais e grupos do WhatsApp, para reduzir as distâncias geográficas e alcançar as mulheres em suas aldeias. Hoje existe um grupo só de mulheres indígenas e uma página internet da Associação. A ferramenta tecnológica vem quebrando barreiras das distâncias e aproximando essas mulheres. Porém muitas aldeias ainda não possuem acesso à internet e este é apenas um dos desafios para a articulação política das mulheres.

Outro desafio muito importante é transpor a barreira em relação ao convencimento de seus respectivos companheiros indígenas. Segundo a Presidente da AGIR, em entrevista concedida a Maria Liziane Souza Silva em 2016, quando trata da importância dos projetos e das demandas das mulheres indígenas:

Porque os homens precisam dessa conversa para saber da importância e da necessidade dos projetos das mulheres. Levar essa reflexão a estes homens não é tarefa fácil, pois o homem indígena não tem a vivência em sua cultura, da mulher que sair de casa para se tornar uma liderança, de estudar, de se profissionalizar, de se empoderar. Permitir essa abertura para as mulheres é difícil para uma organização cultural onde o machismo ainda impera, em sua forma simbólica e cotidiana em seus costumes, onde é trabalho da mulher cuidar da casa, dos filhos, do lar, de quando sair ter obrigação de levar os filhos. Também, a falta do próprio conhecimento delas a esse respeito, de poder participar, saber que são capazes de liderar, de adquirir novos conhecimentos. Por isso, muitas resistem e não querem essa mudança pelo fato de não conhecer, de não saber, não ter esclarecimento. Essa é uma das grandes dificuldades na questão do empoderamento. (ENTREVISTA, DEZEMBRO DE 2016)

Nesse sentido, a AGIR além de fazer esse trabalho com os homens, deverá fazer várias sensibilizações com as mulheres, porque é necessário que elas saibam que são sujeitas dotadas de direitos, tanto na sociedade indígena como na sociedade não indígena. Para que possam pensar num outro mundo de possibilidades e de acesso.

A AGIR também enfrenta o desafio da capacitação, ou “esclarecimento” dos povos sobre a importância da organização e articulação política das mulheres. Pensam em organizar este trabalho por macro regiões (são cinco no Estado de RO) e mostrar às mulheres nessas reuniões como elas são sujeitos dotadas de direitos, tanto na sociedade não indígena como na indígena. Também objetivam conhecer como era a organização indígena antes do contato com o não indígena. Segundo a presidente da AGIR, essa preocupação se dá pelo fato da juventude

indígena hoje, ter perdido a essência da cultura e não ver mais importância para isso. Muitas mulheres, jovens, adultas ou idosas, acham, por exemplo, que os conflitos de violência existentes são muito comuns hoje nos povos indígenas porque já existiam no passado. Por isso, o plano da AGIR é de mostrar a essas mulheres como que era o contexto das sociedades indígenas antes e como se apresenta hoje, quais são os direitos hoje e como elas podem fazer uso destes direitos para elas e para a comunidade. A AGIR pretende fomentar estas reflexões para que as mulheres indígenas possam pensar em um outro mundo, um mundo de possibilidades e de acesso.

Outro conflito também debatido por essas mulheres é a questão de gênero e homossexualidade existente nas aldeias. Tal questão precisa ser refletida e juntas precisam pensar como a questão será trabalhada dentro das aldeias, uma vez que o fato ainda é um tabu a ser quebrado por ainda existir grande preconceito pelos povos indígenas. Então segundo a liderança da AGIR, hoje a questão do gênero é um assunto em que elas estão sendo pressionadas a trabalhar, por isso a importância do preparo, do acesso à informações e esclarecimento destas mulheres.

Dessa forma, ganhar a confiança dessas mulheres é primordial e decisivo para o sucesso do trabalho, porém este é um processo lento e gradual, segundo Leonice, pela alta complexidade e resistência de cada povo. É necessário conhecer, viver os costumes e cultura de cada um, e compreender o dia-dia das mulheres. Esse é o desafio inicial; o esclarecimento e este é o principal foco de atuação da AGIR.

Apesar do caráter recente da AGIR e dos desafios diários encontrados para a articulação política, o início desse trabalho tem sido muito relevante. Segundo Maria Leonice, hoje uma das maiores dificuldades para desenvolver o trabalho com essas comunidades ainda é a falta de estrutura, pois a AGIR não possui prédio próprio, e no momento a sede da Associação funciona na sua casa em Cacoal – Rondônia. As despesas administrativas da AGIR, como o material de escritório usado (cartucho para impressão, papéis e outros) são custeados exclusivamente pela presidente. A capacitação da diretoria da Associação é outro desafio encontrado já que não existem recursos para realizar a capacitação técnica de elementos essenciais como secretária e tesoureira. Os equipamentos necessários ao trabalho também são uma barreira a ser transposta, pois faltam recursos financeiros para a aquisição de instrumentos de trabalhos como notebook e impressoras.

Como estratégias para transpor alguns dos desafios vivenciados, a AGIR conta com parcerias importantes que são destacadas pela presidente⁵:

- Associação Kanindé que desde a criação vem apoiando encontros de mulheres indígenas e oficinas, auxiliando a empoderar as mulheres com conhecimento.
- Conselho de Missão entre *Índios* - COMIN que oferece apoio com a parte jurídica e passagens para deslocamento da diretoria.
- Organização Internacional Florestende, dos EUA, que está auxiliando a desenvolver um trabalho de levantamento da situação social das mulheres indígenas
- Fundação Nacional do Índio – FUNAI, de Cacoal e de Guajará- Mirim, que apesar das dificuldades, vem apoiando a AGIR no que elas podem.
- Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI, o apoio do Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI, Porto Velho, sempre que precisamos eles apoiam no que podem isso é muito importante para nós mulheres. (ENTREVISTA, DEZEMBRO DE 2016)

Como reflexo destas parcerias, a AGIR realizou no período de 28 a 30 de julho de 2016 o 1º Encontro de Mulheres Indígenas de Rondônia, no Centro de Formação da Kanindé, com a participação de 44 mulheres de 27 etnias. Objetivo do evento foi discutir os direitos das mulheres e trabalhar metodologias para melhor aplicação nas comunidades indígenas. Eventos como esse ajudam a fortalecer a cultura e valorização feminina nas aldeias.

Outro evento viabilizado através de parcerias e que contou com a presença e participação das mulheres foi o *IV Encontro Estadual dos Corredores Etnoambientais: Fortalecendo o Movimento Indígena de Rondônia, Sul do Amazonas e Noroeste do Mato Grosso*, que aconteceu em dezembro de 2016, no Centro de Formação da Kanindé. Segundo os organizadores neste evento a participação das mulheres foi muito maior do que em eventos anteriores. No final do evento algumas mulheres foram eleitas para ocupar vagas, em Conselhos, fazer parte de Comissões e assumir Coordenações. Mas, Maria Leonice Tupari concorreu e foi eleita por unanimidade, como representante de Rondônia e irá concorrer com as demais representantes dos Estados da Região Norte, a *Coordenadoria de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil -APIB*, que é composta pelas representantes das cinco regiões do Brasil, caso vença as eleições da regional norte, será “a oportunidade de se empoderar mais, e isso não pode ser dispensado, pois se há uma chance de concorrer e até de ganhar, a representatividade, a visibilidade da mulher indígena será muito maior”, destaca Maria Leonice Tupari.

⁵ Depoimento concedido em 2016.

Considerações Finais

A organização das mulheres indígenas surgiu da necessidade de ter suas demandas representadas e atendidas e complexificou a configuração de identidades étnicas e de gênero no contexto atual do movimento indígena. Um dos grande desafios encontrados é a sensibilização das mulheres para a necessidade da busca por novos espaços, que dentro da cultura indígena, irá somar atribuições à mulher, porém ao mesmo tempo em que aumenta das tarefas e responsabilidades é capaz de dar voz e visibilidade para problemas enfrentados por elas e buscar alternativas para o enfrentamento dos mesmos e a melhoria da qualidade de vida nas aldeias ou fora delas.

Posterior à sensibilização feminina, existe a necessidade da sensibilização masculina, a sensibilização dos companheiros e dos pais para a importância da participação feminina no processo de tomada de decisões e para os benefícios esta participação pode gerar para a comunidade.

Uma vez organizadas, as mulheres indígenas começam a se deparar com diferentes atores sociais – outras organizações indígenas, organismos estatais e não governamentais, agências financiadoras do Brasil e do exterior, missões religiosas e igrejas, empresas, universidades, institutos federais e centros de pesquisa, etc. – com os quais precisam estabelecer “parcerias” de trabalho e “alianças” para que o trabalho das associações e demais organizações representativas possa acontecer, uma vez que o Estado não é capaz de realizar sozinho o apoio necessário às mulheres indígenas. Logo, estas mulheres precisam estar preparadas para estabelecer diálogos entre as partes envolvidas, o que nem sempre acontece sem conflitos internos e externos.

Dessa forma a atuação das mulheres indígenas em uma área que até então era exclusivamente masculina, como é caso da política indígena, estas mulheres precisam ser verdadeiras guerreiras, precisam repensar diariamente sua própria inserção de gênero e negociar com diferentes atores do contexto interétnico.

Esta é a realidade vivenciada não apenas pelas mulheres indígenas do Estado de Rondônia, mas sim por todas as mulheres indígenas do mundo e nessa perspectiva, dar ênfase às trajetórias das mulheres indígenas como Maria Leonice Tupari, líderes comunitárias ou que assumem cargos em organizações, é fundamental para entender os valores próprios de seu gênero que facilitam ou dificultam a sua experiência no mundo da política, bem como para

dar visibilidade à estas mulheres e demonstrar às demais que é possível que a mulher indígena busque seus direitos e ocupe todos os espaços que quiser.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio – FUNAI. **Assuntos de Gênero e Geracionais**. 2010. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/assuntos-de-genero-e-geracionais?start=3#>. Acessado novembro de 2016.

DAUNE-RICHARD, Anne-Marie. Qualificações e representações sociais. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Senac, 2003. p. 65-76.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. SILVA, Joseli Maria. **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa, Todopalavra, 2014.

ONU MULHERES. Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento da Mulheres. **Mulheres indígenas validam pauta nacional no Acampamento Terra Livre**. 11.05.2016. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-indigenas-validam-pauta-nacional-no-acampamento-terra-livre/>. Acessado em dezembro de 2016.

_____. Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento da Mulheres. **Mulheres indígenas estão na luta pela terra e sofrem ameaças de madeireiros**. ONU MULHERES BRASIL. 23 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-indigenas-estao-na-luta-pela-terra-e-sofrem-ameacas-de-madereiros/>. Acessado em agosto de 2017.

PINTO, Alejandra Aguilar. REINVENTANDO O FEMINISMO: as mulheres indígenas e suas demandas de gênero. **Anais fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. 2010.

SACCHI, Angela. 2003. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. **Revista Antropológicas**, ano 7, vol. 14 (1 e 2).

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

EZEQUIEL, Júnior preside Audiência Pública para analisar situação dos indígenas. **Rondoniaovivo**. 12 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.rondoniaovivo.com/noticia/ezequiel-junior-preside-audiencia-publica-para-analisar-situacao-dos-indigenas/180765>. Acessado em agosto de 2017.